

Estes cargos são para quem votou os cinco anos

Só os parlamentares que apóiam o presidente José Sarney e votaram a favor dos cinco anos de duração de seu mandato terão direito a indicar representantes rurais da Previdência Social, os cobichados RPS. Essa é a regra para preenchimento dos cerca de 200 cargos vagos de RPS espalhados pelos municípios do interior do País, que começou a vigorar com o novo ministro da pasta, Jader Barbalho. Em sua gaveta existem quase 600 pedidos de parlamentares de todos os partidos para indicação do RPS, muitos querendo a substituição dos atuais titulares dos quatro mil postos existentes a nível nacional.

O critério acertado no tempo do ex-

presidente Tancredo Neves dava aos políticos mais votados da região o direito a essa indicação, desde que fizessem parte da Aliança Democrática (PMDB-PFL). Durante a administração do ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, o PMDB indicou 59% do RPS e o PFL 4%. Com a demissão de Raphael apressada justamente porque ele se recusou a fazer fisiologismo com os agentes rurais — seu substituto Renato Archer nomeou apenas uns 60 agentes rurais



Barbalho: administrando as nomeações.

durante os dois últimos meses que antecederam sua saída do Ministério.

Essas vagas são muito cobiçadas pelos políticos, dado o poder eleitoral de um RPS. Esse ano, apesar das eleições municipais de novembro, mesmo que o ministro trocasse todos os quatro mil agentes rurais por fiéis seguidores de Sarney eles pouco poderiam fazer a favor do governo. É que os atuais ocupantes dos cargos têm direito a dois meses de aviso prévio, e mesmo que a substituição se efetivasse agora, os novos RPS teriam apenas menos de um mês para trabalhar pelo governo. Apesar disso, o gabinete do ministro Jader Barbalho vive cheio de parlamentares

tentando uma nomeação de RPS.

Para acabar com os muitos desentendimentos com os políticos em função dessas indicações, o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães mandou suspender por tempo indeterminado todas as nomeações de RPS. Os agentes rurais também teriam que se submeter a concurso público pelo plano de carreira previdenciária, que continua engavetado no Ministério da Administração.